

**Brasil americano:  
Estados Unidos e Argentina como exemplos para o Brasil monárquico**

Paula da Silva Ramos<sup>1</sup>

**Resumo**

Neste artigo analisamos o discurso do jornal *A Província de São Paulo* em relação aos Estados Unidos e à Argentina, entre os anos de 1875 e 1889. Objetivamos fundamentalmente compreender como esse periódico se posicionou e representou politicamente os países supracitados e quais foram as suas propostas quanto à inserção brasileira no continente americano. Buscamos articular neste trabalho o estudo da identidade nacional, dos embates ideológicos e dos processos políticos, brasileiro, argentino e norte-americano no final do século XIX.

**Palavras-chave:** Brasil Monárquico; Estados Unidos; Argentina.

**Abstract:**

This article analyzes the discourse of the newspaper *A Província de São Paulo* concerning the United States and Argentina between the years 1875 and 1889. We aim fundamentally to understand which was its point of view, how it has represented these countries politically and what were its proposals regarding the inclusion of Brazil in the Americas. We seek to articulate in this work a study of national identity, ideological clashes and political processes, Brazilian, Argentine and North-American in the late nineteenth century.

**Keywords:** Monarchical Brazil, the United States, Argentina.

Este trabalho pretende analisar as interpretações construídas por parte da imprensa brasileira sobre os Estados Unidos e a Argentina, nos últimos anos de vigência do regime monárquico. As relações do Brasil com a América Latina e/ou os Estados Unidos já foram debatidas por vários autores, tanto no âmbito da política exterior, quanto das imagens

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Assis. E-mail: paula\_ramos87@yahoo.com.br

produzidas por intelectuais e políticos brasileiros acerca dos países do continente<sup>2</sup>. De acordo com a historiografia, durante o Império, esse relacionamento foi marcado pelo distanciamento e por imagens negativas utilizadas para legitimar o Estado nacional e seus interesses na região platina. Discursos políticos e a produção intelectual do período exaltavam a singularidade e a superioridade da monarquia brasileira, identificada com o contexto da “civilização” europeia, em contraposição às “anárquicas” repúblicas hispano-americanas. Segundo Maria Lígia Prado (2001), “a repetição continuada dos mesmos argumentos contribuiu para a constituição de um imaginário – que acabou por forjar uma memória coletiva – sobre a outra América, dissociando-a, separando-a do Brasil” (PRADO, 2001, p. 129).

A queda do regime monárquico e a instauração da república no território brasileiro acarretaram um breve deslocamento das atenções do país para o continente americano. Segundo Clodoaldo Bueno (1995, p. 23), em relação à política exterior, o governo viveu uma verdadeira “festa” republicana. No momento imediatamente após o advento do novo regime, buscou-se desfazer o rótulo que o Brasil tinha de “diferente” na América, por ter mantido instituições monárquicas e mais ligadas ao concerto europeu do que com o continente em que se situava. Naquela conjuntura, observou-se o alinhamento do país à política pan-americanista, liderada pelos Estados Unidos, e a tentativa de resolução das pendências lindeiras, que se arrastavam por várias décadas com a Argentina (BUENO, 2000, p. 246)<sup>3</sup>. Todavia, em poucos meses o país voltou ao pragmatismo do período anterior, e dentre os países americanos, manteve laços mais estreitos apenas com os Estados Unidos, que se constituíam paulatinamente como o principal parceiro econômico do Brasil.

Quanto à produção intelectual, como bem mostraram Maria Lígia Prado (2001) e Kátia Gerab Baggio (1999), mesmo com o advento do novo regime, as interpretações

---

<sup>2</sup> Entre eles, podemos citar Maria Lígia Prado, Maria Helena Capelato, Kátia Gerab Baggio, Luis Cláudio Villafañe Santos, Amado Luis Cervo e Clodoaldo Bueno. A seleção desses autores justificou-se pelo fato de eles terem tocado – ao menos tangencialmente, como no caso de Baggio – nas relações entre o Brasil e os demais países americanos durante o período imperial.

<sup>3</sup> O clima de cordialidade que se manifestou no momento imediatamente após a proclamação da república, tanto no Brasil, quanto na Argentina, levou à proposta de uma solução amigável sobre o território de Palmas, ou Missões, em litígio entre os dois países. O Tratado de Montevideu, celebrado em nome da “unidade institucional da América” e assinado em 25 de janeiro de 1890 por Quintino Bocaiúva e Estanislao Zeballos, dividiu o território em questão ao meio entre os pretendentes. No entanto, após sofrer grande pressão da opinião pública nacional, o próprio Bocaiúva desaconselhou o referendo do tratado, considerado o primeiro grande erro da República.

negativas prevaleceram nos escritos brasileiros sobre a América Hispânica. Baggio, em sua tese de doutorado, intitulada *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*, constatou que, nas obras analisadas, a ênfase foi dada às imagens de anarquia, caos social, desordem, instabilidade, caudilhismo e fragmentação (BAGGIO, 1999, p. 207). Segundo Prado, a República, devedora dos ideais positivistas, era entendida como uma etapa necessária ao progresso, mas isso não significava destruir o que a monarquia havia legado à nação, a começar pela “manutenção da unidade e grandeza do território”, o que remetia à comparação com a fragmentação e “desordem” das repúblicas hispano-americanas (PRADO, 2001, p.139).

A periodização proposta nesta pesquisa refere-se a momentos decisivos do regime monárquico brasileiro, afligido pela grave crise política, econômica e social, que causou sua queda no ano de 1889. Os resultados negativos da Guerra do Paraguai e o crescimento da campanha republicana ocasionavam questionamentos sobre a política brasileira destinada ao continente americano, notadamente à região platina. E o momento internacional levava à ampliação da rede de relações do país, abrindo caminho à aproximação com os Estados Unidos, destacando-se a viagem do imperador àquele país no ano de 1876, em comemoração ao centenário de independência daquela república, e a participação brasileira na I Conferência Pan-americana, em 1889, também sob os auspícios norte-americanos.

Entre os anos de 1875 e 1889, uma elite política, econômica e cultural associada à campanha republicana, com o objetivo de impulsionar a adesão a essa forma de governo, divulgou suas propostas e ideias por meio da imprensa, gestando a posterior “festa” republicana que seria instaurada quando da mudança de regime político no Brasil (BUENO, 1995, p. 23). Os interesses específicos desse grupo, representado pelo jornal republicano *A Província de São Paulo*, contribuíram para uma interpretação distinta daquela encontrada no meio intelectual brasileiro em relação aos países do continente, tendendo a enfatizar os aspectos positivos encontrados naqueles países, teoricamente devedores do regime político que almejavam para o Brasil.

A opção por pesquisar os Estados Unidos e a Argentina foi motivada pela própria fonte, uma vez que, do conjunto de países americanos, esses se destacaram sobremaneira no periódico analisado. Os Estados Unidos se configuravam como um importante mercado consumidor para o principal produto brasileiro, o café; e o crescimento acelerado daquele país

despertava a admiração de vários setores da sociedade brasileira; a Argentina, por sua vez, era acompanhada de perto devido à rivalidade que permeava as relações com o Brasil e pelas constantes tensões motivadas por questões fronteiriças pendentes entre os dois países; o crescimento econômico da república vizinha também foi enfatizado na imprensa no período.

O uso dos jornais como fonte histórica foi por muito tempo questionado por sua “falta de objetividade” – atributo que, de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar – e pelo uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informação a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador (LUCA, 2005, p. 126). O estatuto da imprensa sofreu um deslocamento fundamental em meados dos anos 1970, na medida em que o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica. Este artigo se insere nessa perspectiva, pois utiliza o periódico *A Província de São Paulo* como fonte e objeto de análise crítica. Por esse motivo, grande atenção foi conferida aos elementos que permearam o discurso do referido diário sobre o tema, tais como seus representantes, grupos de interesse, filiação ideológica e público alvo, de modo a obter o maior número possível de referências que possibilitassem a compreensão das propostas expressas pelo jornal em relação aos países supracitados.

Esta proposta articula-se em torno do estudo da construção da identidade nacional, dos embates ideológicos e do processo político em curso no Brasil e na América, no final do século XIX. Nosso propósito, neste trabalho, é, em suma, recuperar as imagens e representações dos países americanos, construídas politicamente por parte da imprensa brasileira, nos anos finais de vigência do regime monárquico. Para Pierre Rosanvallon (1991), o campo “do político”, mais amplo do que se convencionou chamar de campo “da política”, é o lugar onde “se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”. Assim, o autor propõe uma “história conceitual do político” cujo objetivo “é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, o sistema de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro”. Rosanvallon parte da ideia de que essas representações não são uma globalização exterior à consciência dos atores, mas que elas resultam do trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma (ROSANVALLON, 1991, P. 16-17). Pensar essas representações

requer, portanto, localizar os lugares sociais em que elas foram formuladas e identificar os grupos que as criaram, a fim de melhor compreender tais construções.

### **A “planta exótica” na América em crise**

As tensões político-ministeriais das décadas de 1860 e 1870, somadas às dificuldades econômicas derivadas do conflito platino e a imposição de reformas sociais tiveram grande impacto no campo do debate político, caracterizando esse período, segundo José Murilo de Carvalho (2009, p.31), como a fase mais rica do Império, no que se refere à produção de textos políticos, fossem conservadores, reformistas ou radicais. A queda do gabinete Zacarias, em 1868<sup>4</sup>, a implantação de outro que não gozava de maioria na Câmara e, conseqüentemente a dissolução dessa, evidenciaram aos opositores do regime a contradição do “suposto” parlamentarismo brasileiro e recrudesceram a crítica ao poder pessoal do monarca, aumentando a insatisfação política no Império. De fato, entre meados de 1868 até 1889, com exceção de uma, todas as legislaturas foram interrompidas por medidas extraordinárias (HOLANDA, 2005, p.80-82)

No mesmo ano da queda do gabinete, fundou-se no Rio de Janeiro, e em outros pontos do país, o Clube Radical. Os radicais iniciaram intensa propaganda política por meio de conferências públicas e pela imprensa. O Clube Radical, no entanto, durou pouco mais de dois anos, pois em dezembro de 1870, após um período de discussões, seus membros decidiram fundar o Clube Republicano do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, os clubes radicais de São Paulo e Minas Gerais, e posteriormente os de outros pontos do país, passaram a intitular-se republicanos, acompanhando de perto os acontecimentos da capital imperial.

---

<sup>4</sup> As tensões ocasionadas pela Guerra do Paraguai marcaram todo o período correspondente ao Ministério Zacarias e precipitou a sua retirada. Pouco mais de um mês após a sua instalação, as tropas aliadas no conflito sofreram grande derrota. Para enfrentar a crise na frente de batalha, Zacarias de Góes, presidente do Conselho de Ministros, foi forçado a aceitar a nomeação do general Luis Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, para o comando das tropas brasileiras. A presença do general conservador ocasionou a saída do Ministro da Guerra, Ângelo Ferraz, e uma forte oposição liberal. No desenrolar da crise, Zacarias pediu demissão do ministério em julho de 1868. O imperador decidiu manter Caxias no comando e chamou ao governo os correligionários do general, os velhos conservadores, comandados por Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, um dos pilares da Trindade Saquarema. De acordo com a prática parlamentarista consolidada no país, a escolha do novo presidente do Conselho de Ministros deveria recair sobre um componente da maioria parlamentar, isto é, um progressista, uma vez que os conservadores não contavam, naquela ocasião, com mais de dez deputados. A subida de um dos seus líderes provocou enorme reação acarretando a dissolução da Câmara.

A importância do movimento em São Paulo era explicável, em parte, pela ebulição antimonárquica suscitada entre estudantes da academia de Direito, que alcançou larga repercussão, sobretudo, na imprensa da capital. O exemplo provindo da Corte, com célebres conferências radicais, frutificou também na província paulista, onde as palavras de Luis Gama, Quirino dos Santos, Freitas Coutinho, entre outros, foram ouvidas e aplaudidas por numerosa plateia, representada, em grande parte, por estudantes do curso jurídico. Em 1869, Antônio Francisco de Paula Sousa, filho e neto de estadistas do Império, e mais tarde colaborador do jornal *A Província de São Paulo*, publicou um folheto intitulado *A República Federativa do Brasil*, no qual se lia a epígrafe, a Monarquia “é planta exótica na América”. Nesse escrito, sustentava que as reformas pedidas pela opinião pública não seriam duradoras ou vantajosas, se não trouxessem em seu bojo a extinção do regime. O Clube Radical Paulistano sustentava também que a república era consequência necessária para que as ideias liberais e radicais encontrassem sua expressão madura (HOLANDA, 2005, p. 306-307).

A imprensa participou ativamente do debate político das últimas décadas do século XIX, constituindo-se, assim, em um importante meio para acompanharmos as propostas e representações de parte da sociedade brasileira sobre os desdobramentos políticos do período. O momento de reordenação interna abriu espaço para questionamentos quanto ao papel desempenhado pelo Brasil no exterior, principalmente no tocante às relações interamericanas. De acordo com as proposições de Rosanvallon (1991), buscaremos analisar as representações que o grupo político ligado ao periódico *A Província de São Paulo* realizou sobre os Estados Unidos e Argentina, bem como, suas críticas e propostas quanto à inserção brasileira no continente americano, nos últimos anos de vigência do regime monárquico.

A fundação do periódico *A Província de São Paulo* esteve intimamente ligada às insatisfações de grupos políticos e econômicos da província paulista, que se organizaram politicamente em torno do Partido Republicano daquela localidade, para se oporem ao Império.

A partir da segunda metade do século XIX, assistiu-se a ascensão do setor cafeeiro do oeste paulista, que introduziu em suas fazendas métodos de produção mais modernos, substituiu gradativamente o trabalho escravo pelo livre e aumentou sua produtividade, surgindo uma nova camada social enriquecida. Tais avanços contrastavam com as feições das

zonas produtoras mais antigas, base do governo monárquico, que, atingidas pela decadência, apegavam-se a formas tradicionais de produção e ao trabalho escravo.

O grupo paulista vivia uma situação contraditória, pois a transferência do eixo econômico não implicou em sua ascensão política e no declínio do poder dos setores tradicionais, os antigos “barões do café”. Embora tivesse se convertido na área mais dinâmica do país, sua representação política era pequena. Outro dado que explicava o descontentamento era o fato de a província receber apenas um oitavo da renda paga por ela em impostos ao Império, devido à centralização monárquica. Em função disso, passou a existir maior articulação entre os proprietários dessa região em torno do Partido Republicano Paulista (SCHWARCZ, 1987, p. 72-74).

Os republicanos de São Paulo possuíam preocupações distintas em relação aos do Rio de Janeiro. Enquanto os republicanos da província fluminense refletiam os anseios de intelectuais e profissionais liberais urbanos, os paulistas representavam as aspirações do setor cafeeiro, com bases mais pragmáticas. A principal preocupação dos paulistas era com a autonomia da província, pois a centralização imperial drenava os recursos de seus cofres para a Corte e para outras regiões (CARVALHO, 2010, p. 209). A primeira convenção do PRP foi realizada em Itu no ano de 1873, e desde então se manifestou a intenção de montar um órgão de imprensa constituído e financiado exclusivamente por republicanos.

O grupo tentou comprar o *Correio Paulistano*, mas, diante da recusa dos proprietários, partiu-se para criação de um órgão jornalístico próprio. Foi então que Américo Brasiliense de Almeida Campos e Manuel Ferraz de Campos Sales, ambos signatários do manifesto republicano paulista, reuniram um grande número de acionistas e fizeram tomar corpo a ideia de criação de um órgão de imprensa financiado pelos republicanos. Os proprietários do novo periódico tinham proeminência política e recursos financeiros para lançarem-se ao empreendimento, dentre eles estavam poderosos fazendeiros de café, comerciantes, empresários e jornalistas paulistas.

A organização do periódico se fez nos moldes de uma empresa e contou também com a atuação destacada de ex-alunos da tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, dos quais se destacou Francisco Rangel Pestana. Advogado e jornalista, Pestana participou intensamente dos debates políticos do período, ajudou a fundar o Clube Radical em 1868, participou da redação dos jornais radicais *Opinião Liberal* e *Correio Nacional*, foi um dos

oradores das conferências radicais de 1869, aderiu ao Partido Republicano em 1870, e posteriormente ao PRP.

O primeiro número, publicado em quatro de janeiro de 1875, sob a direção de José Maria Lisboa e com a redação coordenada por Rangel Pestana e Américo de Campos, todos engajados no movimento republicano, declarava o jornal independente, “não sendo órgão de nenhum partido, nem estando em seus intuitos advogar os interesses de qualquer deles” (A Província de São Paulo. *A Província de São Paulo*. 04 de janeiro de 1875)<sup>5</sup>. No entanto, a adesão do grupo dirigente aos ideais republicanos era determinante na seleção das notícias e temas abordados pelo periódico, que se tornou uma importante voz dos opositores ao regime dinástico brasileiro. Em 1880, o diário reafirmou que não se constituía em órgão oficial de nenhum partido, mas declarou que “em política, *A Província de São Paulo* tem um pensamento bem definido: é republicana” (A Província de São Paulo. *A Província de São Paulo*. 24 de janeiro de 1880).

No ano de 1884, *A Província* tornou-se propriedade de Alberto Sales e, no ano seguinte, passou às mãos de Rangel Pestana. Em 1885, Júlio de Mesquita assumiu a gerência da empresa, mas logo depois se fixou na redação. Por ocasião da retirada de Sales do empreendimento, Rangel Pestana comprovou a estreita vinculação do jornal com o PRP e a atuação do órgão como agente de intervenção política e ideológica na sociedade brasileira, ao declarar que sentia profundamente:

a falta de sua valiosa cooperação, que, no tocante ao doutrinamento do partido, é insuprimível. Assumo só a responsabilidade da direção do jornal e *faço mais em obediência aos grandes interesses do partido republicano que ao impulso da minha própria vontade*. A Província de São Paulo não sofrerá com isso a menor alteração quanto a seu programa. (PESTANA, Francisco Rangel. *A Província de São Paulo*. *A Província de São Paulo*. 12 de dezembro de 1885. Grifo nosso)

As principais propostas do jornal estavam em consonância com as do partido republicano, eram elas: a descentralização, o ensino secular e obrigatório, o fim da vitaliciedade do Senado, eleições diretas, liberdade de culto, instituição do casamento civil e a introdução do trabalho livre, que deveria ser realizada por cada província de acordo com seus interesses específicos e tendo por base a indenização (SCHWARCZ, 1987, p. 78).

---

<sup>5</sup> Para Juarez Bahia (1990, p.76), essa aparente contradição pode ser vista como uma “estratégia para tornar mais eficiente a propaganda republicana, questionar a imparcialidade, observar a prudência e a moderação”.



Além do republicanismo, outras questões referentes à filiação ideológica do diário são relevantes para o entendimento das suas formulações sobre os acontecimentos ocorridos no contexto americano. O modelo político defendido pelo periódico e considerado “ideal” para o país norteava-se pelos princípios liberais. Como os liberais clássicos, defendia o princípio dos direitos naturais do homem, acreditando, como os iluministas, que a lei da natureza, ou da razão, era capaz de indicar o caminho certo para a conduta humana, estabelecer os padrões sobre o que se podia realizar e os limites para a sua ação. De conformidade com esse princípio, o papel do Estado se resumia a promover a liberdade, a igualdade, o gozo da propriedade e outros direitos individuais. Um bom governo, para os dirigentes do jornal, deveria objetivar a manutenção de uma sociedade, em que a capacidade e a energia de cada indivíduo fossem a chave para sua riqueza. Assim, a defesa da livre iniciativa, um dos sustentáculos da doutrina liberal, configurou-se como um dos conceitos-chave da *Província*. A partir de tais pressupostos, é possível compreender, em parte, as representações do periódico em relação à Argentina e aos Estados Unidos, que foram utilizados como exemplos comprobatórios dos benefícios das teorias defendidas pelo grupo dirigente. Outro traço característico de suas formulações foi a luta contra o centralismo. Assim, o modelo federalista, nos moldes da organização dos Estados Unidos, foi apresentado como solução para os males brasileiros.

O conceito de opinião pública, concebida como fundamento das instituições liberais, justificava as posições tomadas pelo periódico, que, na qualidade de órgão de imprensa, assumiu a condição de intérprete dessa “opinião pública”<sup>6</sup>, como podemos observar no fragmento a seguir:

Todas as vezes que emitimos opinião sobre qualquer fato de ordem social, procuramos dar corpo ao nosso pensamento com o direito de quem aceitou os ônus de cidadão brasileiro. Se lembramos alguma medida, fazemo-los procurando concretizar aspirações mais gerais da sociedade. (A *Província de São Paulo*. A *Província de São Paulo*. 19 de novembro de 1879)

Não é possível fazer aqui um balanço exato do alcance das formulações do periódico, porém, diante do crescimento ano a ano da publicação, podemos inferir que os ideais divulgados tiveram número crescente de adeptos, uma vez que, em 1880, *A Província* já se

---

<sup>6</sup> Trabalhamos com a definição proposta por Jean-Jacques Becker (1996), que discute, entre outros aspectos, a realidade plural desse conceito ao qual se integram “tendências da opinião pública”.

destacava como o jornal de maior tiragem de São Paulo. No ano de 1888, o diário produzia 4000 exemplares, ao passo que o tradicional Correio Paulistano, no ano de 1890, contava com apenas 1800 exemplares diários (LOVE, 1982, p.130). Ainda que representassem uma reduzida elite política, econômica e cultural, não se pode negar que esse grupo constituía uma tendência da opinião pública. De acordo com Jean-Jacques Becker (1996), essas tendências possuem diferentes pesos, “um peso que se mede em ‘quantidade’ e em ‘qualidade’”, pois, pouco importa politicamente que exista uma maioria hostil, “se essa hostilidade não chegar ao fanatismo. Inversamente, ‘minorias atuantes’ podem influir mais no acontecimento que maiorias silenciosas” (p.191).

Embora as concepções dos dirigentes do jornal se nortegassem basicamente pelos princípios da clássica teoria liberal do século XVIII, debates próprios do século XIX, tais como o evolucionismo de Spencer e o positivismo de Comte, também se fizeram presentes em seus posicionamentos e foram utilizados a fim de reforçar a adoção do regime republicano e incentivar a imigração europeia no Brasil. Segundo os dirigentes do periódico, a adoção da República seria um passo imprescindível à evolução da nacionalidade brasileira, voltada pela ordem natural das coisas a ser cada dia mais *americana e democrática* (S. Paulo, 30 de março. *A Província de São Paulo*. 31 de março de 1881. Grifo do jornal). Devemos ressaltar a leitura própria que esse grupo fazia de tais teorias, utilizando-as na medida em que se adequavam a seus interesses. Era comum a publicação de repúdios feitos a artigos de outros periódicos, que, por vezes, baseavam-se nos mesmos teóricos, chegando, porém, a conclusões completamente díspares.

Os elementos descritos acima são importantes à compreensão das representações do jornal *A Província de São Paulo* sobre Estados Unidos e Argentina, bem como sobre o lugar ocupado pelo Brasil na América, o que demonstra que as formulações construídas em torno dos países analisados estavam inseridas em um quadro mais amplo, ou seja, estavam ligadas ao projeto político que os dirigentes do periódico formularam para o Brasil. Ressaltamos, assim, o papel da imprensa enquanto instrumento de intervenção na vida social e a recusa por entendê-la como mero reprodutor de informações (CAPELATO; PRADO, 1980, p. XIX).

### **Somos da América...**

Poucos anos após o término da Guerra de Secessão, os Estados Unidos já se destacavam como uma das maiores potências industriais do mundo, suscitando admiração e desconfiança em todo o continente americano. A grande expansão econômica, as tentativas de ampliação de seus mercados consumidores, a intervenção nos territórios ao sul do Rio Grande e a especificidade “biológica”<sup>7</sup> de sua população foram temas que ganharam cada vez mais espaço entre os intelectuais latino-americanos ao final do século XIX. No Brasil, agitado pela crise do regime monárquico e pela campanha republicana, posições distintas sobre aquele país foram divulgadas, ainda que elas apresentassem como aspecto comum o reconhecimento do seu “admirável progresso”.

Este tópico tem por objetivo a análise das representações politicamente construídas pelo periódico *A Província de São Paulo* sobre os Estados Unidos, destacando como elas se prendiam ao corpo de ideias que compunham o repertório político-ideológico desse órgão. Mais que divulgar informações sobre os acontecimentos da República norte-americana, o diário buscou selecionar fatos e elementos da história daquele país, em detrimento de outros, para a composição de exemplos e justificativas de seu projeto político para o Brasil. Ainda que motivado pelo pragmatismo, acreditamos que tais posicionamentos colaboraram para a divulgação da vertente pan-americanista no país<sup>8</sup>, em contraposição ao europeísmo monárquico, que posteriormente seria adotado quando da mudança de regime político brasileiro.

Os temas de maior interesse por parte do jornal em relação ao país do Norte centravam-se nos incentivos à Instrução Pública, na defesa da livre iniciativa, no funcionamento do regime republicano e federalista, na imigração, no progresso econômico liberal e na exaltação das “características biológicas” da população norte-americana. Tais observações acarretavam um grande número de comparações por parte do jornal entre o “gigante da América do Sul” e a “Grande nação da América do Norte”, sempre desfavorável ao primeiro. De acordo com o jornal, os motivos das discrepâncias entre os dois países se assentavam nas instituições monárquicas e ao fato de o Brasil ter permanecido ligado aos

---

<sup>7</sup> Grande importância foi conferida às teorias raciais ao final do século XIX. No continente americano, tais teorias acarretaram também o enfrentamento entre os povos de descendência anglo-saxônica e latina, em detrimento desses.

<sup>8</sup> Sobre pan-americanismo ver: PRADO; CAPELATO; BEIRED, 2010; SANTOS, 2004; BUENO, 2004.

“carunchosos” princípios europeus (O que se diz de nós - do *Industrial* do Recife. *A Província de São Paulo*. 29 de agosto de 1883).

A fim de driblar a dificuldade para a obtenção de notícias daquele país, *A Província*, se valia de discursos de ilustres políticos norte-americanos, relatos de estudantes brasileiros naquele país e fragmentos de sua história, para compor seus artigos, demonstrando o grande interesse mantido por aquela nação. Enfatizaremos, neste artigo, as formulações do periódico quanto ao estreitamento das relações mantidas entre o Brasil e os Estados Unidos, com ênfase nos preparativos para a participação brasileira na Conferência de Washington em 1889, e seu posicionamento sobre as desconfianças mantidas por parte de alguns intelectuais latino-americanos quanto às pretensões estadunidenses ao sul do continente.

De acordo com Bueno (2004, p. 67), nas últimas décadas do século XIX, os Estados Unidos reivindicaram sua integração no rol das grandes potências e procuraram formar sua esfera de influência. O comércio direcionava a política externa, e, desse modo, a América Latina passou a ser vista pelos norte-americanos como uma área naturalmente destinada à expansão econômica do seu país.

No ano de 1879, o então presidente norte-americano Rutherford Hayes, em um discurso ao Senado, transcrito pela *Província*, expôs suas considerações sobre os meios para abrir novos mercados estrangeiros aos produtos norte-americanos. Para o presidente:

A América do Sul parecia-lhe um campo privilegiado, que se oferecia por si mesmo à indústria americana. Sua proximidade dos Estados Unidos dá-lhes vantagens consideráveis sobre as nações europeias, que, entretanto, tem quase o monopólio da importação nesta parte do continente americano. Uma das causas principais, senão a causa determinante de semelhante anomalia, era a facilidade e rapidez relativas das comunicações entre o lugar da produção e do consumo (Exterior – Estados Unidos. *A Província de São Paulo*. 28 de janeiro de 1879).

Hayes continuou sua mensagem, declarando a necessidade de se estabelecer comunicações diretas entre os Estados Unidos e os demais países americanos em benefício do comércio.

A discussão quanto à abertura de mercados consumidores no território latino-americano ganhou cada vez mais espaço no Senado estadunidense. Em 1884, o republicano John Miller declarou que “aqui ao nosso sul temos nossa Índia, e se tivermos a coragem, a visão e a sagacidade de utilizá-la com métodos apropriados, teremos novos mercados para nossos produtos e manufaturas” (Apud. SCHOULTZ, op. cit., p.107).

Nessa conjuntura, James Blaine, secretário de Estado norte-americano, convocou todas as nações do hemisfério, à exceção do Canadá, para uma conferência internacional, que teve lugar em Washington, no período de 20 de outubro de 1889 a 19 de outubro do ano seguinte. Gestada desde o início da década de 1880, o principal objetivo da reunião era ampliar o intercâmbio comercial com a América Latina. Contudo, havia grandes receios quanto à iniciativa estadunidense entre os hispano-americanos. Segundo Bueno:

Vivia-se o momento dos “panismos”, como por exemplo, pan-germanismo e pan-eslavismo, atrás dos quais estavam, respectivamente, Alemanha e Rússia. O aparecimento, neste lado do Atlântico, de um pan-americanismo patrocinado pelos Estados Unidos, provocava nos latino-americanos a sensação de que este país apenas procurava exercer sua hegemonia sobre o hemisfério, por meio da busca de uma união continental, transformada em palavra de ordem. (BUENO, 2004, p. 68)

A discussão acerca das pretensões estadunidenses sobre o restante do continente ganhou espaço entre os intelectuais latino-americanos desde meados do século XIX. Esse debate era permeado pela própria construção do termo América Latina. Duas matrizes explicativas dividem espaço quanto à formulação desse conceito. Na primeira, a terminologia seria fortemente devedora dos políticos e intelectuais franceses, que giravam em torno de Napoleão III, imperador da França em meados do século XIX. Nesse viés, o conceito tomou corpo em decorrência da intervenção francesa no México na década de 1860, no bojo de uma estratégia para aumentar sua influência no Novo Mundo.

A segunda matriz ressalta a reflexão de uma rede de intelectuais ibero-americanos, em geral residentes ou de passagem pela Europa, e relacionou-se em especial ao temor da expansão imperialista dos Estados Unidos pelo subcontinente. Segundo Carla Brandalise (2008, p. 22-23), os limites e influências entre ambas as matrizes inspiradoras dessa adição conceitual restam nebulosos, alimentando um debate acadêmico ainda não concluído. Todavia, levando-se em conta a existência conjuntural histórica comum e a convivência nos mesmos centros culturais europeus desses político-intelectuais, as interações e influxos devem ter sido, segundo a autora, um tanto quanto recorrentes.

A vertente latino-americanista teve como o maior expoente o escritor colombiano José María Torres Caicedo, que viveu por longos anos em Paris, participando inclusive de cerimoniais da corte de Napoleão III. Sua contribuição à construção e difusão do conceito inseriu-se no alerta do perigo da atuação estadunidense para com os povos ao sul do Rio

Grande. Caicedo publicou no ano de 1857, no *El Correo de Ultramar*, periódico de língua espanhola editado em Paris e com circulação na Europa e na América, o texto poético *Las dos Américas*, no qual pregou a união dos povos latinos contra a ameaça anglo-saxônica. Nesse poema, surgiu a expressão “América Latina”, e a associação dessa a uma “raça” diferente da “raça saxônica”. Essa concepção ganhou força ao final do século XIX e início do século XX, principalmente após a intervenção norte-americana em Cuba no ano de 1898. Contudo, as diferenciações entre essas duas “raças” que compunham o território americano foram uma constante desde o início da segunda metade do século XIX, de modo que o confronto entre anglo-saxões e latinos – em detrimento desses – foi um dos elementos que permeou as relações dos Estados Unidos com o restante do continente americano, justificando, por exemplo, a anexação de territórios mexicanos.

Ao final do século, os Estados Unidos desenvolveram um “paternalismo utilitário” (SCHOULTZ, 2000) para justificar sua expansão ao sul do continente, que não se orientava mais pela anexação de territórios, mas pela dominação comercial. De acordo com Schoultz (2000), diante da tensão entre a autodeterminação, tradicionalmente defendida, e o desejo de expansão comercial:

Os líderes políticos dos EUA obtinham a aquiescência do público alegando em cada caso específico – nunca como princípio geral – que as alternativas à dominação dos Estados Unidos, quaisquer que pudesse ser, seriam piores. Os Estados Unidos tinham a responsabilidade moral de agir, não em interesse próprio, mas nos interesses do *povo inferior* que eles pretendiam dominar. (SCHOULTZ, 2000, p.111-112. Grifo nosso)

No ano de 1880, o Secretário de Estado Willian Evarts, com a finalidade de ilustrar como os interesses dos Estados Unidos teriam uma influência benéfica sobre as condições políticas das repúblicas latino-americanas, declarou que, por meio do trabalho empenhado por elas, para pagar pelos produtos estadunidenses, a energia popular, desperdiçada em esquemas de revolução ou engrandecimento militar, se voltaria para empreendimentos mais pacíficos e lucrativos (Apud. SCHOULTZ, 2000, p.107).

A contraposição racial não era nova, uma vez que já se inscrevia no afã classificador da diversidade humana desde o século XVIII. A partir do século XIX, as tensões políticas receberam constantemente a interpretação de lutas entre diferentes raças (QUIJADA, 1997, p.596-597). Segundo Mónica Quijada (1997, p. 597), em nenhum lugar do mundo ocidental,

essa visão dicotômica teve projeções mais palpáveis que no continente americano, onde essa divisão incorporou outro tipo de referência racial, a mescla com elementos indígenas e africanos. Todavia, a matriz de significado não variava, pois se entendia a resistência ao “cruzamento” com “raças inferiores” praticada pelos anglo-saxões, como mais um indício de superioridade frente aos latinos no continente. Essa convicção foi um elemento importante nas relações dos Estados Unidos com seus vizinhos do sul, na medida em que foi utilizado para legitimar ações de expansão do território norte-americano. Essa “visão racializada”, da qual fala Quijada (1997, p.598), esteve presente também nas considerações do periódico *A Província de São Paulo* sobre os Estados Unidos.

A busca norte-americana para expandir seus mercados – noticiada repetidas vezes – não recebeu nenhum tipo de comentário que demonstrasse alguma desconfiança por parte do jornal em relação àquela república. Ao contrário, o periódico advogava que o governo brasileiro pensasse na possibilidade de se estabelecer com aquele país um tratado bilateral para incrementar o comércio entre os dois países, pois,

Se os Estados Unidos vêm a ganhar com o aumento de sua exportação, nós também de nossa parte auferimos com a transação lucros incalculáveis, porque não somente a nossa lavoura poderá obter os instrumentos e maquinismos de que precisa em condições favoráveis, como ainda a nossa exportação também se aumentará consideravelmente. (SALES, Alberto. Mais um exemplo. *A Província de São Paulo*. 18 de janeiro de 1885)

Quanto à Conferência de Washington, o jornal salientou que havia muitos anos que os Estados Unidos tentavam, sem sucesso, firmar um tratado comercial com o Brasil, e se regozijou pelo fato de a monarquia, enfim, entrar em franca negociação com a república do norte. Após apresentar os diplomatas brasileiros que participariam da reunião, os srs. Lafaiete Rodrigues Pereira e Salvador de Mendonça, o periódico divulgou uma lista com os assuntos de pauta do Congresso, que, exceto pela questão do arbitramento, eram todos de cunho comercial. *A Província de São Paulo* chamou a atenção para o fato de os Estados Unidos serem o maior consumidor dos produtos brasileiros, ao passo que as mercadorias industriais daquele país eram pouco conhecidas em território nacional, dado o predomínio europeu no nosso mercado. Assim, o autor do artigo acreditava que, diante desse quadro e da “posição ocupada pelo Brasil no continente”, o país poderia obter grandes vantagens por meio de tratados com aquela nação. Em resumo, a realização do evento foi apresentada pelo periódico, como “exemplo da grande e generosa política americana”, e o aceite do convite por parte do

governo brasileiro foi muito celebrado, pois segundo o diário, o Império a desconjuntar as suas velhas instituições parecia ter um arranco de vida (Política americana. *A Província de São Paulo*. 02 de julho de 1889).

As instruções passadas pela Monarquia à delegação brasileira, chefiada por Lafaiete Rodrigues Pereira, faziam várias reservas à I Conferência Internacional Americana, pois, segundo Bueno (1995, p. 27-29), os diplomatas brasileiros percebiam que a potência do norte buscava consolidar um subsistema de poder, porém, não desejavam ver o Brasil incluído. A diplomacia imperial deu especial importância ao arbitramento, embora soubesse que esse tema não era o objetivo principal da Conferência. Ainda segundo o autor, a Monarquia percebia que o governo norte-americano tendia “de algum tempo assumir uma espécie de protetorado sobre os Estados da América”. Assim, as instruções recebidas pelos representantes brasileiros, divergiam de quase todos os temas da reunião. O governo imperial, não desejava se afastar do concerto europeu, nem envolver o país em compromissos comerciais, aspecto que marcou a política externa brasileira, desde o fim do “sistema de tratados”, nos anos 1840<sup>9</sup>.

Proclamada a República, Lafaiete Rodrigues Pereira deixou, a pedido, a chefia da delegação e foi substituído por Salvador de Mendonça, republicano signatário do Manifesto de 1870. No ministério das Relações Exteriores, assumiu outro signatário do manifesto, Quintino Bocaiúva, o qual autorizou Salvador de Mendonça a dar “espírito republicano” às instruções provenientes do regime caído (BUENO, 1995). Entre outras tarefas, Mendonça buscou o estabelecimento de um tratado com os Estados Unidos, cujo objetivo era ampliar as exportações do açúcar brasileiro para aquele país. Em contrapartida, o convênio deveria autorizar a entrada, “como reciprocidade devida”, de uma longa lista de artigos norte-americanos livre de direitos e também relacionava outros tantos produtos com redução de 25% nos direitos de exportação. O Tratado de Reciprocidade, firmado em 13 de janeiro de 1891 foi um fracasso em termos econômicos, pois a assinatura de um convênio entre os Estados Unidos e a Espanha, em favor do açúcar produzido nas Antilhas, reduziu

---

<sup>9</sup> De acordo com a interpretação de CERVO; BUENO, 2002, 22-40, um “trágico erro de cálculo” levou a diplomacia brasileira a ceder favores econômicos, principalmente à Inglaterra, para apressar o reconhecimento do Estado recém-independente, por meio de um “sistema de tratados” desvantajosos ao Brasil e que perdurou até 1840. Segundo os autores, a luta do governo brasileiro para obter reconhecimento formal se explicava mais pelo infundado temor de perdê-lo que pela necessidade política, uma vez que os interesses econômicos e políticos do período propiciavam ao Brasil um enorme poder de barganha não aproveitado.



consideravelmente os benefícios do produto brasileiro (BUENO, 1995, p. 117-134). Porém, o tratado marcou a “festa republicana” instaurada no governo brasileiro, no momento imediatamente após a proclamação, e a ânsia de afirmar sua condição de republicano e americano (BUENO, 1995, p. 23). *A Província de São Paulo* demonstrou que essa euforia republicana vinha sendo gestada anos antes da instauração do regime no Brasil.

Os interesses político-econômicos da província paulista e a busca pela manutenção do mercado norte-americano ditaram os posicionamentos do jornal e suas propostas acerca das relações com os Estados Unidos. Assim, o apoio à política pan-americanista, entendida como estratégia estadunidense para a ampliação de seu mercado e influência sobre o continente, era aberto. A crescente presença comercial dos Estados Unidos nos territórios mexicanos ao final do século XIX, por exemplo, foi interpretada como um domínio natural, devido à superioridade daquela civilização e de seus capitais. Ao mesmo tempo, o jornal alertou para o fato de o Brasil impor barreiras ao comércio estadunidense, ao passo que o México permitia a livre entrada dos produtos daquele país, podendo, assim, o café mexicano suplantiar a produção brasileira nos Estados Unidos:

*Os americanos dominam ali (México) por meio de sua adiantada e imponente civilização, por meio de seus capitais e do seu elevado e esclarecido espírito industrial, de modo que proteger o café mexicano e proteger o México é proteger seus próprios capitais e interesses econômicos e até políticos [...]*  
a política americana é de sabedoria e equidade, porque, havendo países que admitem livre os produtos americanos por que há de a nação americana tratar esses países do mesmo modo que o Brasil, que incessantemente, aumenta os seus direitos de importação, hostilizando assim o comércio americano? (CAMPOS, Américo de. Fatos e boatos. *A Província de São Paulo*. 07 de outubro de 1883. Grifo nosso)

Pesava sobre essa interpretação a importância do mercado consumidor estadunidense e, de acordo com Bueno, certo idealismo sobre as relações internacionais, por acreditar que o fato de o Brasil pertencer à América constituía-se em razão suficiente para se adotar uma política francamente americana, ou mais precisamente, pan-americana. Segundo o autor, não obstante tal sentimento fosse sintetizado pela frase bem construída do Manifesto de 1870, “somos da América e queremos ser americanos”, demonstrava romantismo, que se apoiava na falta de conhecimento do intrincado jogo de interesses inerentes ao sistema internacional (BUENO, 1995, p. 24).

Os Estados Unidos foram representados pelo jornal *A Província de São Paulo* como exemplo incondicional ao país, pois, na experiência prática daquela nação, estaria o caminho para a superação do atraso no qual se encontrava o Brasil. O uso das comparações como estratégia para corroborar os benefícios do projeto político defendido pelo jornal foram constantes. Afirmava-se que o país poderia ser “grande”, mas as amarras impostas pelas instituições monárquicas impossibilitavam o avanço do “gigante da América do Sul”. Delineou-se nesse período também, o alinhamento do país em relação à potência norte-americana, baseada nas ótimas relações comerciais entre as duas nações, principalmente se tomarmos como referência o setor cafeeiro, ao qual se ligava o periódico analisado, e na crescente admiração por aquele país por parte dos republicanos brasileiros.

### **... E somos latino-americanos**

As décadas de 1870 e 1880 foram de redefinições econômicas, políticas e sociais na República Argentina. Nesse período, observou-se a superação de uma crise comercial; o acelerado crescimento econômico derivado dos investimentos e do comércio exterior; a consolidação das bases do Estado nacional argentino; o relativo abrandamento das disputas inter-regionais do país; o elevado crescimento populacional, alavancado pela imigração; a urbanização; e a melhora nos níveis de educação, moradia e consumo<sup>10</sup>.

Tais fatores chamaram a atenção de alguns setores políticos no Brasil, de modo que o país platino se constituiu em um modelo para os organizadores da república brasileira. De acordo com o historiador José Maria Bello (1969, p.56-58), era mais curta a distância entre brasileiros e argentinos do que entre brasileiros e norte-americanos, também utilizados como exemplo dos benefícios da adoção de um novo regime. Para os republicanos de *A Província de São Paulo*, a “descendência latina” de ambos os povos os aproximavam, pois esse fator acarretava em problemas similares quanto aos aspectos nacionais, principalmente o econômico.

Não obstante, as pendências fronteiriças, a corrida armamentista e a disputa por imigrantes colocavam as relações entre o Brasil e a Argentina em constante estado de tensão e

---

<sup>10</sup> Sobre a conjuntura Argentina nas décadas de 1870 e 1880, ver: ROCK, 1994; DONGHI, 1980; DONGHI, 1982; ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

agitavam a opinião pública nacional. A imprensa participou ativamente da discussão dessas questões e contribuiu para propagar ou dissipar as “nuvens” que se formavam no horizonte<sup>11</sup> do Rio da Prata, utilizando-se de uma criteriosa seleção dos acontecimentos, dos pronunciamentos políticos e dos artigos publicados no país vizinho.

Neste tópico, analisaremos de que forma o jornal *A Província de São Paulo* buscou retratar a República Argentina, e como essas representações se prendiam ao corpo de ideias que compunha o repertório político desse órgão. Objetivamos demonstrar que as posições ideológicas assumidas pelo periódico paulista contribuíram para a divulgação de um discurso positivo em relação ao país platino, em contraposição à visão negativa recorrente no Brasil quanto às repúblicas hispano-americanas, e analisar em que medida as imagens pré-concebidas sobre aqueles territórios, arraigadas na identidade nacional, influenciaram a interpretação da *Província*.

Tal como em relação aos Estados Unidos, os incentivos à Instrução Pública, a defesa da livre iniciativa, a imigração, a economia liberal e o funcionamento do regime republicano e federal foram os assuntos mais destacados pelo jornal *A Província de São Paulo*, no tocante à República Argentina. Esses temas eram vitais ao projeto político do diário para o Brasil. Suas abordagens, porém, foram tangenciadas pela questão da “especificidade biológica” da população norte-americana, pois a “superioridade” do elemento anglo-saxão, de acordo com o periódico, favorecia o desenvolvimento daquele país. No entanto, esse aspecto não se caracterizava em motivo suficiente para que a experiência prática e o exemplo estadunidense fossem abandonados pelo Brasil, uma vez que outros povos da “raça latina” já os tinham adotado com considerável sucesso, como era o caso da Argentina e, por esse motivo, o país platino constituía-se, para os representantes do diário paulista, em um exemplo a ser seguido pelo Brasil.

*A Província de São Paulo* afirmou reconhecer que as instituições argentinas ressentiam-se de vícios condenados pela escola democrática, mas acrescentou que “quem estuda com imparcialidade a marcha desse Estado americano não pode deixar de confessar

---

<sup>11</sup> A expressão “nuvens no horizonte” foi utilizada em inúmeras matérias durante o período abordado, relativas às relações e possíveis conflitos entre o Brasil e os demais países americanos, sobretudo Argentina, e empregada por muitos jornais da época, entre eles, *A Província de São Paulo*.

que ele tem progredido extraordinariamente” (A Província de São Paulo. *A Província de São Paulo*. 28 de janeiro de 1875). O diário republicano propôs-se a fazer esse “estudo imparcial” sobre o país vizinho, a fim de apresentar aos seus leitores os progressos daquela república, derivados, sobretudo, de sua forma de organização política.

O desenvolvimento almejado pelos dirigentes da *Província* passava, incontestavelmente, pelos exemplos frutíferos do continente. De tal forma, que o Brasil, até então de costas para a América (PRADO, 2001, p. 128), deveria agora mirá-la de frente, pois era no contexto americano que o Brasil encontraria o caminho para o progresso.

Chamou-nos a atenção o novo olhar lançado à república platina, na maioria das vezes representada negativamente no Brasil, dada as rivalidades que haviam permeado as relações entre os dois países. Mais que representar positivamente o país vizinho, o jornal afirmou que o confronto com aquela nação salientava a “inferioridade intelectual” brasileira, rompendo assim, definitivamente com o senso comum sobre a superioridade monárquica frente às repúblicas hispano-americanas, como pode ser observado na passagem abaixo, sobre a instituição do casamento civil na Argentina:

Na comparação de fatos dessa ordem, *reconhece-se a grande superioridade moral das outras nações americanas sobre o império*. Os homens dirigentes da República Argentina julgaram de necessidade regular civilmente o casamento e lá está a lei aprovada tendo havido longo debate e francas manifestações de opiniões contrárias. Cá no império dos Bragança, todos os projetos referentes à liberdade de cultos são asfixiados nas pastas das comissões que se receiam da impopularidade. (Mais um confronto. *A Província de São Paulo*. 07 de outubro de 1888. Grifo nosso)

A *Província* se esforçou para desfazer as imagens pré-concebidas em relação à Argentina, sublinhando, repetidas vezes, que embora os políticos brasileiros e a imprensa monarquista objetivassem fazer aquele país passar por um território anárquico, a realidade salientava os seus progressos, ao passo que o Brasil, à sombra da monarquia, permanecia estagnado. Segundo o diário paulista, o desenvolvimento argentino, ainda que desprezado pelos monarquistas, não era ignorado no Brasil, e até mesmo a imprensa de cunho conservador passou a analisar o “imenso desenvolvimento das forças econômicas e a grande absorção das ideias mais adiantadas da Europa e da América” pelas repúblicas hispano-americanas, notadamente Argentina e Chile (S. Paulo, 30 de março. *A Província de São Paulo*. 31 de março de 1881).

A Argentina se apresentou como o “modelo possível” de organização política, na medida em que havia imitado com sucesso várias características do regime norte-americano, tais como o modelo federativo e o incentivo à instrução pública, e não obstante à sua filiação latina, alcançou índices elevados de desenvolvimento em pontos considerados cruciais para *A Província de São Paulo*. E por esse motivo, o exemplo argentino foi intensamente veiculado pelo jornal<sup>12</sup>.

A República Argentina é exemplo que temos diante dos olhos. O progresso admirável dessa nação americana, *de raça latina*, tão agitada, até pouco revolucionada ainda há muitos anos pela caudilhagem, apresenta hoje uma feição acentuadamente civilizadora [...] Política, científica e industrialmente estudada, a República Argentina destaca-se dentre as outras nações latinas do continente, ocupando lugar imediato ao da Grande República dos Estados Unidos. Poucos países dentro de poucos anos têm tido um desenvolvimento econômico tão prodigioso como a pátria de Mitre e Sarmiento, dois nomes notáveis no sul da América. (Um bom exemplo. *A Província de São Paulo*. 19 de maio de 1889. Grifo nosso)

O jornal deixava claro seu distanciamento em relação ao senso comum que se fazia no Brasil sobre os países vizinhos e enfatizava a atuação dos republicanos no sentido de “fazer conhecer a verdade” sobre aqueles territórios, “tantas vezes caluniados” no Brasil (Questões Sociais – A imigração na América do Sul. *A Província de São Paulo*. 14 de julho de 1882). Apesar disso, podemos observar no artigo abaixo o embate entre as interpretações positivas – que o periódico buscava divulgar – e as imagens negativas enraizadas pelo processo de construção identitária do império brasileiro:

As nações vizinhas têm cada vez mais se reabilitado no conceito dos brasileiros, elas, tão caluniadas sempre.  
 A quem devemos o conhecimento dessa conquista da civilização, senão ao partido republicano, que, continuamente, observa todos os fatos e ações que patenteiam os benéficos efeitos da prática da verdadeira democracia?  
 Outrora, só víamos nelas as agitações populares e as revoluções, sem nos preocuparmos e sem nem sequer cogitarmos do estudo social daquele povo.  
 Hoje, as coisas mudaram: um partido político simpático àquelas instituições, não podia deixar passar em silêncio as grandes questões políticas que tem sido agitadas e solvidas pelos Estados sul-americanos.  
 Não se observa mais com tanto exclusivismo o que se passa na Europa.  
 As velhas instituições do continente europeu não se assemelham tanto às nossas, como estas com as das hispano-americanas, que pela religião, pela raça, e quase pela origem, participam com o Brasil das mesmas tendências políticas e das mesmas necessidades sociais.

<sup>12</sup> Durante o período analisado, foram computadas 751 notícias, entre notas, artigos e editoriais, sobre a Argentina e 357 sobre os Estados Unidos. Mesmo considerando a distância e as dificuldades para obtenção de notícias norte-americanas, esses números são expressivos no tocante ao interesse do jornal pelo país platino.

As possessões espanholas disseminadas por todo o continente americano em núcleos de população, com grandes distâncias uma das outras, se dividiram em várias repúblicas.

Seria mesmo impossível que se cogitasse em uni-las em uma só nação que se estendesse da Califórnia à Patagônia. Ao passo que o Brasil, tendo toda a sua população junto à costa obteve, por isso, mais facilmente a unidade, ajudado pela força dos acontecimentos.

Estes Estados, de população insignificante tiveram uma educação política quase nula, agravada pelo espírito impaciente e agitador que, legítima herança de sua metrópole, está continuamente produzindo os seus tristes efeitos.

Vemos, por exemplo, o Paraguai, a obra prima da educação jesuítica, a obra-prima da educação jesuítica na América, tornar-se não uma república democrática, nem tão pouco uma monarquia constitucional: as sim, um não sei que de absurdo, só próprio o despotismo asiático ou do decadente império romano.

Da civilização tão incompleta e tão desigual entra estas diversas nacionalidades, resulta a contínua agitação.

As revoluções de que tem sido vítimas estes Estados, são sempre oriundas dos embates dos grandes problemas sociais comuns a todas as nações modernas. Assim, é sempre para fazer com que o poder exercido despoticamente entre na esfera da legalidade, que aquelas repúblicas trabalham.

Os monarquistas não cessam de apontar-nos esses países, onde só vêem agitações, e esquecem que o nosso país há sido também o teatro de vinte e seis revoluções, desde a independência até os nossos dias, contando-se entre elas a do Rio Grande do Sul, uma das maiores que tem havido na América do Sul.

Mas o verdadeiro juiz não somos nós: é a Europa, que envia para as repúblicas americanas, números de imigrantes muito superior à corrente de imigração destinada ao “pacífico” Império brasileiro, provando quanto elas merecem mais confiança.

Estes encontram nas repúblicas espanholas meios de educação para seus filhos iguais aos que poderiam achar em sua pátria.

Assim, a República Argentina, que é o Estado da América que recebe mais imigrantes depois dos Estados Unidos, está classificada no 9º lugar entre as nações mais adiantadas quanto à instrução. (Questões Sociais – A imigração na América do Sul. *A Província de São Paulo*. 14 de julho de 1882)

Para reabilitar as caluniadas repúblicas do continente, *A Província* buscou atribuir novo significado às constantes lutas internas e à fragmentação das mesmas, interpretadas em território nacional como representações da barbárie, próprias do regime republicano. O jornal enfatizou o parco povoamento e as grandes distâncias que separavam as antigas possessões espanholas e que impossibilitaram a formação de um grande país naquela porção do continente, ao passo que o Brasil contou com circunstâncias mais favoráveis. A herança da metrópole ibérica, a educação religiosa e as desigualdades sociais foram apresentadas como principais fatores para as agitações ocorridas tanto nas repúblicas, quanto no Império, pois ainda que os monarquistas apontassem as revoluções nos países vizinhos, não se podia esquecer que no Brasil também haviam ocorrido várias rebeliões. E ressaltou que, mesmo com todas as imagens negativas construídas no Império sobre as repúblicas do continente, a Europa mandava para lá um número muito superior de imigrantes, o que provava que havia

um equívoco no que diziam os monarquistas. Por fim, exaltou a República Argentina, país que se destacava internacionalmente pelo aumento de sua população, devido à entrada de imigrantes no país e quanto à sua instrução pública.

Ainda que o periódico mencionasse o conjunto das repúblicas hispano-americanas, a Argentina, e algumas vezes o Chile, eram as referências quando se tratavam desses territórios. O modo como o jornal retratou o Paraguai no artigo acima, por exemplo, demonstra os limites da proposta da *Província* em relação às nações latino-americanas.

Ainda que motivado por objetivos pragmáticos, ou seja, divulgar exemplos positivos do regime político e econômico que almejava para o Brasil, o jornal *A Província de São Paulo* contribuiu para a divulgação de uma interpretação positiva em relação à Argentina entre os anos de 1875 e 1889. Devido às suas convicções republicanas, o periódico encontrou na Argentina qualidades não evidenciadas pela voz oficial e mostrou uma visão alternativa, de acordo com seus objetivos político-partidários.

### **Considerações finais**

A interpretação do jornal *A Província de São Paulo* sobre os Estados Unidos e a Argentina no último quartel do século XIX, nos faz refletir sobre a complexidade dos processos históricos, pois, ainda que a historiografia apresente a proclamação da república no Brasil como um divisor de águas no tocante as relações interamericanas (CORRÊA, 2000, p. 39)<sup>13</sup>, as mudanças, ao menos no campo das ideias, já se delineavam anos antes. O caminho para o progresso, que antes levava à Europa, chegava a uma encruzilhada e, segundo *A Província de São Paulo*, o rumo certo se voltava agora para a América, mais precisamente para os Estados Unidos, ainda que se desviasse ligeiramente para o vizinho do sul, a Argentina. Podemos afirmar que, nas representações construídas pela *A Província de São Paulo*, prevaleceram as interpretações positivas daqueles territórios. E em consonância com

---

<sup>13</sup> Entre outros autores, podemos citar Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que afirmou que foi a República que forneceu o “contexto apropriado para o primeiro momento em que se prenuncia um entendimento profundo entre o Brasil e a Argentina”, como também para os demais países americanos, iniciando, ainda que de forma intermitente, o “paradigma da convergência”. Antes disso, segundo o autor, salvo o episódio da Guerra do Paraguai, “tudo nos separava e nada nos unia” (referência à célebre frase do então presidente argentino Roque Sáenz Peña em visita ao Rio de Janeiro em 1910: “Tudo nos une, nada nos separa”).

os objetivos político-ideológicos e econômicos do periódico, os Estados Unidos e a Argentina foram utilizados como modelos a serem seguidos pelo Brasil.

### Referências Bibliográficas

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História) - FFLCH, USP.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p.185-211.

BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (Org.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. Assis; São Paulo: FCL-Assis-UNESP Publicações; Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010.

BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. 6ª ed. São Paulo: Nacional, 1969.

BRANDALISE, Carla. A ideia e concepção de ‘latinidade’ nas Américas: a disputa entre as nações. In: ORO, Ari Pedro (Org.). *A latinidade da América Latina: enfoques socioantropológicos*. São Paulo: Aderaldo&Rothschild, 2008. p. 21-59.

BUENO, Clodoaldo. A proclamação da República no Brasil e seus efeitos nas relações com a Argentina: um interlúdio na rivalidade. In: *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000. p.243-254.

\_\_\_\_\_. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

\_\_\_\_\_. Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826-1889). *Política Externa*, São Paulo, v.13, n.1, p. 65-80, 2004.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1980.



CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CERVO, Amado. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1885)*. Brasília: Editora da UNB, 1981.

\_\_\_\_\_. Estados Unidos, Brasil e Argentina nos dois últimos séculos. In: CERVO, Amado; DÖPCKE, Wolfgang (Orgs.). *Relações internacionais dos países americanos: vertentes da história*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994. p.358-367.

\_\_\_\_\_; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 2002.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. O Brasil e os seus vizinhos: uma aproximação histórica. In: *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000. p. 29-43.

DONGHI, Tulio Halperín (Org.). *Proyecto y construcción de una nación*. (Argentina 1846-1880). Biblioteca Ayacucho, 1980. v.68.

\_\_\_\_\_. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1982.

ESCUDE, Carlos; CISNEROS, Andrés (Orgs.). *História general de las relaciones exteriores argentinas*. 2000. Disponível em <<http://www.argentina-rree.com/historia.htm>>. Acesso em: 05/04/2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Vol. 7. Do Império à República. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p.121-147.

PRADO, Maria Lígia. O Brasil e a “distante América do Sul” In *Revista de História*, São Paulo, USP, n° 145, p 127-150, 2001.

QUIJADA, Mónica. Latinos y anglosajones. El 98 en el fin de siglo sudamericano. In: *Hispania*, LVII/2, n° 196, p.589-609, 1997.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, Contexto, v.15, n.30, p.09-21, 1991.

ROCK, David. *Argentina 1516-1987*. Desde la colonización española hasta Alfonsín. Trad. Néstor Míguez. 4º ed. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1994.

SANTOS, Luis Cláudio Villafañe dos. *O Brasil entre América e a Europa*. O Império e o interamericanismo (do congresso do Panamá à conferência de Washington). São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro*. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.